



# BANCO CÉDULA S.A.

CNPJ 33.132.044/0001-24

**Relatório da Administração:** Srs. Acionistas Banco Cédula S/A. De conformidade com o Estatuto Social e legislação vigente, vimos submeter à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2017, juntamente com as Notas Explicativas e Parecer dos Auditores Independentes. Permanecemos à disposição para quaisquer informações que julguem necessárias. **A Diretoria.**

Balanco Patrimonial em 31/12/2017 e 2016 (Em MR\$)		Demonstração do Resultado do 2º Semestre/2017 e de 31/12/2017 e 2016 (Em MR\$)			Demonstrações dos Fluxos de Caixa do 2º Semestre/17 e de 31/12/2017 e 2016 (Em MR\$)						
		2017	2016	2º Sem/17	2017	2016					
<b>ATIVO</b>				<b>33.828</b>	<b>42.622</b>	<b>18.321</b>					
<b>Ativo circulante</b>		<b>130.187</b>	<b>106.340</b>								
Disponibilidades		824	536	31.137	36.269	14.893					
<b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez</b>		<b>24.206</b>	<b>26.813</b>								
Aplicações no Mercado Aberto		24.206	26.813	—	509	1.687					
<b>TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos (nota 4)</b>		<b>21.182</b>	<b>13.816</b>								
Carteira Própria		13.153	5.020	1.478	4.373	(181)					
Instrumentos Financeiros Derivativos		557	611	1.213	1.471	1.922					
Vinculados à Prestação de Garantias		7.472	8.185	(3.799)	(20.662)	(31.272)					
<b>Relações interfinanceiras: Créditos Vinculados ao Banco Central</b>		<b>68</b>	<b>58</b>								
<b>Operações de Créditos (nota 5)</b>		<b>21.254</b>	<b>22.128</b>								
Empréstimos e Financiamentos Setor Privado		35.517	38.339	(4.524)	(9.915)	(10.600)					
Rendas a Apropriar - Financiamentos e Empréstimos		(5.592)	(4.941)	—	(357)	(858)					
(-) Provisão p/Operações de Créditos em Liquidação Duvidosa		(8.671)	(11.270)	725	(10.390)	(19.814)					
<b>Operações de Arrendamento Mercantil</b>		<b>—</b>	<b>(11.307)</b>								
Arrendamento Financeiro a Receber - Setor Privado		—	9.854	(6.095)	(11.441)	(12.994)					
(-) Rendas a Apropriar Arrendamento Recursos Internos		—	(9.854)	39	59	62					
(-) Provisão para Operações Arrendamento Mercantil		—	(11.307)	(1.310)	(2.277)	(1.941)					
<b>Outros Créditos</b>		<b>11.045</b>	<b>13.188</b>								
Rendas a Receber		129	138	(2.044)	(4.026)	(4.472)					
Diversos		10.916	13.050	(777)	(1.607)	(739)					
<b>Outros Valores e Bens</b>		<b>51.608</b>	<b>41.108</b>								
Outros Valores e Bens (nota 6)		51.585	41.072	396	912	1.574					
Despesas Antecipadas		23	36	(2.399)	(4.502)	(7.478)					
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>		<b>11.009</b>	<b>7.965</b>								
Operações de Créditos (nota 5)		23.131	15.484	23.934	10.519	(25.945)					
Empréstimos e Financiamentos Setor Privado		23.131	15.484	922	1.277	231					
Rendas a Apropriar - Financiamentos e Empréstimos		(10.399)	(7.088)	24.856	11.796	(25.714)					
(-) Provisão p/Operações de Créditos em Liquidação Duvidosa		(1.723)	(431)	(544)	(565)	—					
<b>Permanente</b>		<b>345</b>	<b>11.645</b>								
Investimentos: Outros Investimentos		115	115	(454)	(472)	—					
<b>Imobilizado de Uso</b>		<b>230</b>	<b>223</b>								
Outras Imobilizações de Uso		1.155	1.127	(110)	(110)	—					
(-) Depreciações Acumuladas		(925)	(904)	—	—	—					
<b>Imobilizado de Arrendamento</b>		<b>—</b>	<b>11.307</b>								
Bens arrendados Arrendamento Financeiro		—	4.953	80.000	411	(20.582)					
(-) Depreciações Acumuladas		—	(4.596)	—	—	—					
Superveniência de Depreciação		—	10.950	—	1.105	10.649					
<b>Total do Ativo</b>		<b>141.541</b>	<b>125.950</b>								
<b>PASSIVO</b>		<b>2017</b>	<b>2016</b>								
<b>Passivo Circulante</b>		<b>81.712</b>	<b>74.364</b>								
<b>Depósitos</b>		<b>73.631</b>	<b>69.837</b>								
Depósitos à Vista		1.708	4.378	80.000	411	(20.582)					
Depósitos a Prazo		71.923	65.459	—	—	—					
<b>Relações Interfinanceiras</b>		<b>45</b>	<b>—</b>								
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		45	—	80.000	411	(20.582)					
<b>Instrumentos Financeiros Derivativos</b>		<b>248</b>	<b>76</b>								
Prêmio de Opções Lançadas		248	76	—	1.618	(5.517)					
<b>Outras Obrigações</b>		<b>7.788</b>	<b>4.451</b>								
Sociais e Estatutárias		124	14	—	—	—					
Fiscais e Previdenciárias		1.151	224	—	—	—					
Diversas (nota 7)		6.513	4.213	—	—	—					
<b>Passivo Exigível a Longo Prazo / Depósitos: Depósitos a Prazo</b>		<b>—</b>	<b>3.511</b>								
<b>Patrimônio Líquido</b>		<b>59.829</b>	<b>48.075</b>								
Capital Social: Ações Ordinárias - País (nota 8)		80.000	80.000	—	—	—					
Ajuste Valor de Mercado - TVM		411	(694)	—	1.618	1.618					
Lucros ou Prejuízos Acumulados		(20.582)	(31.231)	—	—	—					
<b>Total do Passivo</b>		<b>141.541</b>	<b>125.950</b>								
<b>Notas Explicativas:</b>											
<b>1. Contexto Operacional:</b>											
A sociedade tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e serviços permitidos aos bancos comerciais e às sociedades de crédito, financiamento e investimentos. Iniciou suas atividades no mercado bancário e de capitais em 1964, com a fundação da Cédula S/A. Crédito Financiamento e Investimento. Em 1989, transformou-se em banco múltiplo, para operar com carteiras de banco comercial, de investimento e financeiro. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis:</b> Foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições do Sistema Financeiro Nacional, emanadas das normas e instruções do BACEN e em consonância com o COSIF - Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional. Com relação as normas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, relacionadas ao processo de convergência às normas internacionais de contabilidade, foram adotadas para fins de elaboração e divulgação das demonstrações contábeis apenas os pronunciamentos aprovados pelo BACEN, sendo as principais alterações introduzidas e que impactaram as demonstrações contábeis: a substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos pela Demonstração do Fluxo de Caixa (CPC 03 - Fluxo de Caixa); o novo critério para registro de Reserva de Capital; a obrigatoriedade de destinar o lucro apurado em cada exercício, seja através da distribuição de dividendos ou da constituição de Reserva de Lucros; e a aprovação dos CPC's: 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos; 05 - Divulgações sobre Partes Relacionadas; 25 - Provisão e Passivo e Ativo Contingentes; 24 - Eventos Subsequentes; 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro; e 10 - Pagamento Baseado em Ações. Estão sendo apresentadas as Demonstrações Contábeis encerradas no exercício e segundo semestre findos em 31/12/2017, em comparação ao exercício findo em 31/12/2016. <b>3. Principais Práticas Contábeis:</b> As seguintes práticas contábeis foram adotadas pelo Banco: a) <b>Resultado das Operações:</b> As receitas e despesas são contabilizadas pelo regime de competência. b) <b>Caixa e Equivalentes de Caixa para Fluxo de Caixa Indireto:</b> Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, aplicações no mercado aberto e aplicações em depósitos interfinanceiros, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. c) <b>Aplicações Interfinanceiras de Liquidez:</b> Representam os recursos aplicados no mercado interbancário. São apresentadas pelo valor presente, calculadas "pro-rata dia" com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. d) <b>TVM e Instrumentos Financeiros Derivativos:</b> De acordo com a Circular 3.068 de 8/11/2001 e regulamentação complementar, os títulos e valores mobiliários são classificados e avaliados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios específicos de contabilização, sendo: i) Títulos para Negociação, ii) Títulos Disponíveis para Venda e iii) Títulos Mantidos até o Vencimento. e) <b>Instrumentos Financeiros Derivativos:</b> Os instrumentos financeiros derivativos que foram contratados associados a outras operações de aplicação de recursos estão avaliados pelos valores das receitas e despesas incorridas até a data das demonstrações contábeis. f) <b>Operações de Crédito:</b> Todas as operações de crédito e arrendamento mercantil têm os seus riscos classificados de acordo com julgamento da Administração, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando											
<b>5.1. Classificação por níveis de risco - Operações de Crédito e Arrendamento Mercantil:</b>											
<b>Nível de Risco</b>	<b>%</b>	<b>Curso Normal</b>									
		<b>Pessoa Física</b>	<b>Pessoa Jurídica</b>		<b>Vencidas</b>						
		<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2016</b>
AA	—	1.187	30	7.736	4.206	—	—	—	—	—	—
A	0,5	—	1.539	3.224	7.891	16	47	—	—	—	—
B	1	2.897	17	—	303	29	3	825	—	—	8
C	3	406	1.988	1.563	3.263	59	158	1	12	150	201
D	10	—	—	12.684	6.561	1.268	656	—	—	902	—
E	30	—	—	—	3.706	—	1.112	—	—	—	163
F	50	—	—	—	—	—	—	544	—	—	78
G	70	—	—	—	—	—	—	—	—	157	—
H	100	—	—	—	—	—	—	—	—	5.530	4.427
		—	—	—	—	—	—	—	—	—	1.671
<b>Total</b>		<b>5.920</b>	<b>3.573</b>	<b>30.984</b>	<b>31.108</b>	<b>5.986</b>	<b>7.583</b>	<b>1.682</b>	<b>2.476</b>	<b>4.071</b>	<b>15.426</b>

Michael Stivelman - Diretor Presidente. Imre Kiss - Diretor Vice-Presidente. Lúcio Botelho da Rocha - Diretor Superintendente. Roberto Celestino Manoel - Contador - CRC-RJ 46.995



# BANCO CÉDULA S.A.

CNPJ 33.132.044/0001-24

**Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis: Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Banco Cédula S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Banco Cédula S.A. em 31/12/2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos:** As Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício e semestre findos em 31/12/2016, apresentadas para fins de comparação por força das normas emanadas do BACEN, foram anteriormente por nós auditadas de acordo com as normas de auditoria vigentes por ocasião da emissão do relatório em 24/03/2017, que não conteve nenhuma modificação. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas

operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro; planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos; e obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. b) Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 22/03/2018. **Audipeç - Auditoria e Perícia Contábil S/S.** CRC RJ-Nº 0202. **Ernesto Patrício Giráldez** - Contador CRC-RJ Nº 053.076/O-2.